



DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

THELMA HELENA COSTA CHAHINI, SILVANIA DOS SANTOS RABÊLO, JOÃO BRITO BATISTA

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

PALAVRAS-CHAVE

*Deficiência visual
Educação superior
Inclusão*

RESUMO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva esclarece que, na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam acesso, permanência e participação de alunos deficientes e/ou com necessidades educacionais específicas. Desenvolveu-se pesquisa exploratória, descritiva, com dez alunos deficientes visuais, na Universidade Federal do Maranhão, visando investigar as percepções destes em relação aos desafios da permanência, com êxito de aprendizagem. Utilizou-se entrevistas semiestruturadas. Os resultados foram a falta de operacionalização das Políticas Educacionais que visam a Inclusão de deficientes na Educação Superior, além da carência de recursos humanos que concretizem essas políticas.

KEY WORDS

*Visual disability
Higher education
Inclusion*

ABSTRACT

The National Policy for Special Education in the Perspective of Inclusive Education clarifies that in higher education, special education happens thru actions which promotes access, permanence and participation of students with disability and/or educational special needs. An exploratory and descriptive research, thru Semi-structured interviews has been applied at Federal University of Maranhão, looking for perceptions of these students in relation to the challenges of permanence, with effective learning. The results show that lack of operationalization of educational policies that promotes the inclusion of people with disability in higher education, as well deficiency of human resources that can accomplish these policies.

Introdução

A Legislação Federal ressalta que as pessoas com necessidades educacionais específicas têm direitos ao acesso, a permanência e ao atendimento especializado em todos os níveis de ensino, que favoreça o pleno desenvolvimento delas, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Ministério da Educação [MEC], 2006).

Vale lembrar que, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esclarece, dentre outros, que na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Essas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços à promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (MEC, 2007).

Ainda de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da Língua de Sinais, de textos em Braille, de informática ou de Tecnologia Assistiva como uma prática cotidiana, bem como os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreça a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (MEC, 2007).

No contexto abordado, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, dentre as quais: garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, prevendo estruturação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior, visando à eliminação de barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

Sobre o entendimento por pessoa com deficiência, o Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite e, esclarece que são consideradas pessoas com deficiência as que possuem impedimentos de longo

prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Portanto, são diretrizes do Plano Viver sem Limite, segundo o Decreto nº 7.612: garantia de um sistema educacional inclusivo; garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis às pessoas com deficiência, inclusivamente por meio de transporte adequado; ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional; ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza; prevenção das causas de deficiência; ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, particularmente os serviços de habilitação e reabilitação; ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade; e promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.

Nesse sentido, o Programa Incluir – Acessibilidade à Educação Superior tem por objetivo promover a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior, garantindo condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior, assim como adequação arquitetônica para acessibilidade nos diversos ambientes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e vias, instalação de elevadores, dentre outras; aquisição de recursos de tecnologia assistiva para a promoção de acessibilidade pedagógica, nas comunicações e informações aos estudantes com deficiência e demais membros da comunidade universitária – computador com interface de acessibilidade, impressora Braille, linha Braille, lupa eletrônica, teclado com colmeia, acionadores acessíveis, dentre outros; aquisição e desenvolvimento de material didático e pedagógico acessíveis; aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade (MEC, 2013).

Diante desse contexto, questiona-se: quais as percepções dos alunos com deficiência visual da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em relação aos desafios da permanência na Educação Superior?

Para dar conta de investigar o problema levantado, elencou-se como objetivo geral: Investigar as percepções dos alunos com deficiência visual da Universidade Federal do Maranhão em relação aos desafios da permanência na Educação Superior. Os objetivos específicos compreenderam: mapear os alunos com deficiência visual da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Identificar os alunos com deficiência visual por necessidades educacionais específicas e por cursos

que frequentam; Verificar como vem ocorrendo o processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual na UFMA; Conhecer as condições de permanência dos alunos com deficiência visual inseridos nos cursos da UFMA; Descrever possíveis sugestões dos participantes em relação às questões de acessibilidade, dos desafios do acesso e da permanência na Educação Superior.

Diante do exposto, pretende-se com esta pesquisa trazer visibilidade à questão da Inclusão de alunos com deficiência visual na Educação Superior, bem como possibilitar à comunidade acadêmica, reflexões acerca do acesso e da permanência desses alunos, que têm seus direitos assegurados pela Legislação Federal vigente, mas que devido à carência de recursos humanos especializados e sensibilizados, esses direitos não estão sendo operacionalizados e/ou respeitados.

Como ressalta Chahini (2006) há inúmeras dificuldades em relação à prática de aceitação e da inclusão de pessoas com deficiência em todos os setores sociais dentre esses, a formação fragmentada do profissional de educação que acarreta como consequência, um tipo de despreparo do professor, e o pior de tudo, a dificuldade em operacionalizar o discurso sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas em níveis mais elevados de ensino.

A inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, às oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, o fato de a pessoa ser deficiente não deve determinar a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as Instituições de Educação Superior (IES) devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes (MEC, 2013).

Metodologia

Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva, pois de acordo com Gil (2008) esse tipo de pesquisa é apropriado nos casos pouco conhecidos e/ou pouco explorados, bem como possibilita descrever o fenômeno pesquisado.

No total foram 10 alunos com deficiência visual. Sendo 08 alunos do sexo masculino e 02 do sexo feminino. Pertencentes aos Cursos de Licenciatura em Música, Teatro, Artes Visuais, Ciências Sociais (Bacharelado), Filosofia, Letras (Habilitação em Inglês), Letras (Habilitação em Francês), Psicologia, Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia.

A Pesquisa foi desenvolvida na UFMA, no período de julho a dezembro de 2014. Com alunos com deficiência visual.

Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, por meio de um roteiro contendo 12 perguntas, pois de acordo com Triviños (1987, p.152) “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”.

Os dados foram coletados dentro da UFMA. Após o mapeamento e a identificação dos participantes, agendavam-se as entrevistas de acordo com a disponibilidade dos alunos (as). No dia agendado, explicavam-se os objetivos da pesquisa e após o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes, os dados eram coletados em salas que se encontravam disponíveis para este fim.

A maior parte das entrevistas foi gravada. Outras foram copiadas diretamente pelos participantes com baixa visão. Em alguns momentos houve a colaboração de uma pessoa vidente no decorrer da coleta de dados, visto que a pesquisadora (autora deste estudo) é deficiente visual.

Resultados e discussão

Ao serem indagados sobre como ingressaram na Universidade, se foi por meio da política de Cotas ou do vestibular tradicional, bem como de qual recurso que necessitou e, se foi atendido sobre a referida solicitação.

Os dados demonstraram que todos os participantes ingressaram na Universidade Federal do Maranhão por meio do Sistema de Cotas. E os recursos solicitados pelos alunos com baixa visão foram Ledores (recursos humanos), provas ampliadas, aumento do tempo, ledor transcrito, sala com boa luminosidade. E os alunos cegos solicitaram provas em Braille e ledor transcrito. Apenas um aluno relatou que preferia ter sido atendido com o recurso de leitura de telas, os demais afirmaram que suas solicitações foram atendidas.

Isso demonstra que já houve avanços em relação aos recursos disponibilizados aos alunos com deficiência visual durante o processo seletivo vestibular, como podemos verificar no estudo realizado por Santos apud Oliveira (2011), desenvolvido na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde as avaliações de alunos com deficiência visual eram realizadas em linguagem convencional, com a participação de um ledor que tinha duas funções - ler e escrever a prova.

Quanto à questão sobre qual o tipo de deficiência possuía e/ou qual necessidade educacional específica. Os dados informados demonstram que 06 são alunos com baixa visão e 04 com cegueira total. Os alunos com baixa visão necessitam de ledor de tela, fontes ampliadas, textos digitalizados, áudio e vídeo, lupas. Os alunos com cegueira total

necessitam de textos em Braille, materiais digitalizados e em áudio.

Dentre os (as) alunos (as) participantes nesse estudo, um fato interessante ocorreu durante as entrevistas, em que um aluno com cegueira total, se identificou como possuindo apenas baixa visão.

Isso fez lembrar os estudos de Valdés apud Oliveira (2011), quando sinalizam para o fato de que alguns estudantes não se reconheceram como pessoas com deficiência, negando inclusive as necessidades de eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como as de cunho curricular e/ou didático-pedagógica.

Em relação ao Curso que se encontram fazendo e qual o período. Dentre os 10 alunos, participantes nesse estudo, 1 aluno pertence ao Curso de Filosofia, 1 ao Curso de Ciências Sociais, 2 ao Curso de Licenciatura em Música, 1 Licenciatura em História, 1 Licenciatura Plena em Teatro, 1 Geografia Bacharelado, 1 Licenciatura Plena em Geografia, 1 Licenciatura em Artes Visuais, 1 Licenciatura Letras/Inglês.

Percebe-se uma diversidade nas escolhas dos Cursos. Isso mostra que os alunos estão ingressando nos Cursos que se identificam, independentemente de suas necessidades educacionais específicas, pois antes da Política de Cotas, muitos alunos com deficiência visual tinham dificuldades em ingressar na Educação Superior, bem como suas necessidades especiais eram muitas vezes empecilhos em relação ao ingresso nas referidas instituições.

Verifica-se aqui o resultado das políticas de inclusão, como no caso, a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe os requisitos de acessibilidade aos alunos com deficiência na Educação Superior, de acordo com MEC (2003) e o Programa Incluir – Acessibilidade à Educação Superior que tem por objetivo promover a inclusão de estudantes com deficiência, na educação superior, garantindo condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior, segundo MEC (2013).

Quando se questionou sobre como se sentiam sendo alunos com deficiência visual na Educação Superior em relação às questões de acessibilidade. A maioria dos alunos reclamou da acessibilidade física e instrumental. Sinalizando que suas necessidades educacionais específicas não estavam sendo respeitadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem. E demonstram que são lutadores por seus direitos de cidadãos, que nesse contexto, envolve o direito à educação de qualidade e à qualificação profissional que os possibilite inserção no Mercado de trabalho.

Isso faz lembrar Mantoan (2004, p.17) ao dizer que “temos direitos de ser, sendo diferentes e, se já reconhecemos que somos diferentes de fato, a novidade está em quereremos ser também diferentes de direitos”.

Em relação ao questionamento sobre a preparação e/ou qualificação dos professores para

o processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual, na UFMA, ficou evidente a insatisfação dos alunos em relação à qualificação de seus professores para a mediação do processo ensino-aprendizagem. Os alunos foram unânimes em relatar que os seus professores não sabem lhes ensinar, levando em consideração suas condições de deficientes visuais.

Nesse contexto, é importante mencionarem-se os estudos de Moreira (2004, p.152) ao constatar que a maioria dos professores das universidades não possuem conhecimentos necessários em relação às necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência, assim como os referidos alunos percebem que “grande parte dos professores carece, inúmeras vezes, de conhecimento científico-pedagógico e sensibilidade para lidar com essa situação”.

Diante da pergunta sobre o modo como ocorria o relacionamento entre os alunos com deficiência visual e seus (as) professores (as) em relação às questões didáticas e/ou metodológicas e, se estes utilizavam recursos pedagógicos que facilitavam seus aprendizados. Os dados demonstram que alguns professores se relacionam bem com seus alunos, outros não, bem como as queixas em relação ao não atendimento de forma satisfatória dos recursos pedagógicos que os referidos alunos necessitam.

Os dados convergem com os de Oliveira apud Oliveira (2011), quando realizou pesquisa na Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2003 e, verificou, dentre outros, que os alunos com deficiência enfrentavam dificuldades nas relações interpessoais envolvendo estes e os seus professores, assim como má vontade dos professores em atender suas necessidades educacionais específicas.

Quanto ao relacionamento entre os alunos com deficiência visual e seus colegas. Os dados demonstram que o relacionamento entre os colegas é bom. Que os alunos com deficiência visual se sentem bem interagindo com seus pares. Os dados convergem com os estudos de Chahini (2010) ao constatar que o fato de estudar com alunos com deficiência tornou as atitudes de seus colegas mais favoráveis à inclusão.

Ao serem questionados se estavam satisfeitos com os seus Cursos em relação ao processo ensino-aprendizagem. Dentre os 10 alunos, 04 disseram que não se encontravam satisfeitos e 06 afirmaram que estavam satisfeitos. Dos que disseram estar satisfeitos, apenas 1 não se queixou de dificuldades no processo ensino-aprendizagem, os demais relataram que estavam tendo dificuldades.

Isso vem sendo debatido por Amaral apud Pessini, Silva e Silva (2007) quando ressaltam que a Educação proporciona às pessoas com deficiência uma maneira diferenciada de ver o mundo, possibilitando participação, autonomia e emancipação, condições indispensáveis ao exercício da cidadania.

Quando se perguntou se os alunos já haviam solicitado atendimento educacional especializado e qual foi, bem como a quem foi solicitado e, se haviam sido atendidos. 50% dos participantes se queixaram da demora na entrega de materiais solicitados ao Núcleo de Acessibilidade da UFMA. 4 alunos disseram ter procurado o Núcleo e foram atendidos em suas solicitações, que no caso foram materiais digitalizado, utilização de equipamentos, textos em Braille, prova ampliada. E 1 aluno disse nunca ter precisado do Núcleo.

Diante dos fatos, se faz importante relembrar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ao esclarecer que o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. E que na Educação Superior a educação Especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos, bem como o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (MEC, 2007).

Os estudos de Coutinho (2011) ressaltam que as instituições de Educação Superior, não dispõem de amparo metodológico, não disponibilizam textos e material didático em braile, não oferecem audiodescrição para que os alunos possam acompanhar palestras, congressos, filmes, entre outras deficiências técnico-pedagógicas existentes. Que diante desse panorama os referidos alunos tentam reconstruir sua escolarização, bem como tentam incluir-se criando mecanismos compensatórios que lhes possibilitem acompanhar os demais alunos.

Ainda nesse contexto, lembra-se de Machado (2008) ao dizer que existe uma distância entre as políticas que são proclamadas e a operacionalização destas nas instituições de ensino. E sobre a importância de a Legislação, realmente se fazer presente dentro das universidades não como imposição, mas como processo de sensibilização, educação e prática transformadora, pois a lei por si só não garante a política de inclusão.

A inclusão se faz presente quando todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sociais, econômicas etc. se sentirem acolhidos como pessoas de direitos e, nesse caso, os direitos que estão solicitando, são os de uma educação de qualidade, com professores qualificados e sensibilizados com as questões de natureza educacionais especiais.

Quanto à questão se os conhecimentos recebidos em seus Cursos eram suficientes para o ingresso no Mercado de Trabalho.

Dentre os 10 alunos participantes, 07 relataram que os conhecimentos adquiridos em seus Cursos não serão suficientes para garantir seus ingressos no Mercado de trabalho. Um dos motivos são as dificuldades de acesso aos conhecimentos formais socializados na Universidade.

Diante do exposto, resgata-se Oliveira (2011, p.147) ao constatar que: “[...] apesar do avanço na legislação e concepção a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino, em especial no ensino superior, muito ainda há que ser feito para consolidar o processo de inclusão educativa”.

Faz-se importante também ressaltar Mantoan (2004, p.17), ao ressaltar que “viver a inclusão e entender as diferenças, eis um desafio que não é dos mais fáceis a enfrentar”.

As barreiras atitudinais e pedagógicas têm sido vistas pelos alunos com deficiência como as mais difíceis de serem eliminadas, muito mais que as de natureza física e técnica.

Ainda nesse contexto, citamos Coutinho (2011) ao chamar atenção à questão de que as Instituições de Educação Superior precisam repensar o seu papel inclusivo e rever o seu papel na Educação Especial procurando novos mecanismos que possam vir ao encontro das necessidades das pessoas com deficiência visual.

Conclusões

Diante dos fatos, o que se percebe é a falta de operacionalização das Políticas Educacionais que visam a Inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, bem como a carência de recursos humanos que possam concretizar as referidas Políticas.

Faz-se urgente à implementação de projetos de ensino e de extensão dentro da Universidade, que tenham por objetivo promover a sensibilização do olhar e da escuta da comunidade acadêmica em relação aos alunos com deficiência, para que esta se torne verdadeiramente inclusiva.

É importante que a UFMA faça a identificação das necessidades individuais dos alunos com deficiência, visando oferecer apoio necessário durante a trajetória acadêmica, bem como realize modificações curriculares quando necessário, para que os alunos sejam bem-sucedidos em seus Cursos. Que haja uma preocupação por parte das autoridades competentes com o desenvolvimento de uma cultura que valorize a diversidade e promova a inclusão, não somente de alunos com deficiência visual, mas de todos os alunos, com ou sem deficiência.

Para que a Universidade Federal do Maranhão possa ser considerada inclusiva, é de suma importância que ocorram mudanças, para melhor,

nas relações interpessoais e nas atitudes dos profissionais em relação aos alunos (as) com deficiência, com eliminação de estigmas que associam a deficiência com incapacidade. E que os profissionais que ocupam cargos e/ou funções que atendem alunos com deficiência, sejam preparados, qualificados para a receptividade de suas necessidades específicas e, que realmente, ofereçam apoio. Que esses profissionais não sejam reativos, que não fiquem julgando de inconvenientes as

pessoas com deficiência, sempre que solicitam atendimento educacional específico.

Espera-se que este estudo represente a vez e a voz de todos os (as) alunos (as) com deficiência, que através de políticas compensatórias conseguiram ingressar na Educação Superior, mas que se encontram lutando para garantir suas permanências com êxito de aprendizagem, bem como uma qualificação profissional que garanta inserção no Mercado de Trabalho.

Referencias

- Chahini, T. H. C. (2006). *Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas Instituições de Ensino Superior de São Luís – MA*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil.
- (2010). *Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil.
- Coutinho, M. M. A. (2011). *A inclusão da pessoa com deficiência visual na Educação Superior e a construção de suas identidades*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. (2011). Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, prevendo estruturação de Núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior. Brasília. Recuperado em 10 de novembro de 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm.
- Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. (2011). Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, prevendo estruturação de Núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior. Brasília. Recuperado em 10 de novembro de 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Machado, E. V. (2008). Políticas públicas de inclusão no ensino superior. In O. S. H. S., Souza (Org.). *Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas* (pp. 44-53). Porto Alegre: Ulbra.
- Mantoan, M. T. E. (2004). O direito de ser, sendo diferente, na escola. *Ciências e Letras*, (36), 47-62.
- Ministério da Educação [MEC]. (2006). *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais*. Brasília: Ministério da Saúde.
- (2007). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação. Recuperado em 8 de outubro de 2014, de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.
- (2013). *Documento orientador Programa Incluir: acessibilidade na educação superior SECADI/SESU-2013*. Brasília: MS. Acessado em 15 de fevereiro de 2016 de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192.
- *Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003*. (2003). Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado em 8 de outubro de 2014, de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>.
- Moreira, L. C. (2004). *Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Brasil.
- Oliveira, A. S. S. (2011). *Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
- Pessini, M. A., Silva, R. O., & Silva, V. O. (2007). Compreendendo as experiências dos alunos com necessidades especiais no ensino superior. *Akropolis*, 15(1/2), pp. 19-24.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.